

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SHEILA INÊS DA SILVA

**CONTEXTOS SOCIAIS E SUAS REPERCUSSÕES NA
SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA.**

RECIFE/2022

SHEILA INÊS DA SILVA

**CONTEXTOS SOCIAIS E SUAS REPERCUSSÕES NA
SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA.**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em
psicologia.

Professor Orientador: Me. Danilo Manoel Farias da Silva

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

S586c Silva, Sheila Inês da
Contextos sociais e suas repercussões na saúde mental das pessoas
com deficiência física. / Sheila Inês da Silva. - Recife: O Autor, 2022.
27 p.

Orientador(a): Me. Danilo Manoel Farias da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Psicologia, 2022.

Inclui Referências.

1. Deficiência física. 2. Saúde mental. 3. Contexto social. 4.
Profissional de psicologia. I. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. II.
Título.

CDU: 159.9

Dedico esse trabalho a minha família e amigos que me ajudaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento não poderia deixar de ser a minha guia e defensora de todas as horas. Oiá, senhora dos ventos e da minha vida, seus bons ventos me trouxeram até aqui de forma amável.

Dando continuidade aos agradecimentos, quero aqui registrar o meu muito obrigado a todos que participaram da construção do meu novo “eu”, os que contribuíram de forma direta e indiretamente da minha formação acadêmica, meus familiares, pais e todos os docentes que trouxeram a luz da psicologia para minha pessoa.

Por fim, não estaria aqui escrevendo esse agradecimento se não fosse a construção do saber, junto a todos os professores que me deixaram bastante enriquecida de conhecimento, porém com sede de mais.

*“Não podemos mudar, não nos podemos
afastar do que somos enquanto não
aceitarmos profundamente o que somos”
(Carl Rogers)*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 HISTORICIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	9
2.1 <i>DEFICIÊNCIA FÍSICA.....</i>	8
2.1.1 <i>CONQUISTAS SOCIAIS.....</i>	1
2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES PSÍQUINAS MAIS NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	5
2.3 INTERVENÇÃO E PROMOÇÕES DA SAÚDE MENTAL VOLTADA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	2 5
2.4 COMPREENDER AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA.....	2 6
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	2 9
4 RESULTADOS.....	3 1
5 DISCUSSÃO	3 3
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	3 5
REFERÊNCIAS.....	3 6

CONTEXTOS SOCIAIS E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.

Sheila Inês da Silva

Danilo Silva¹

Resumo: O presente trabalho leva o tema Contextos Sociais e suas repercussões na saúde mental das pessoas com deficiência física. Onde o objetivo é, através de viés informativo e educador, trazer à tona a historicidade social do sujeito com deficiência física. A escolha deste tema surgiu a partir da necessidade de compreender a importância do acolhimento do sujeito, que está no enfrentamento psíquico e social sobre a suas condições físicas e ao âmbito psicológico e de que forma isso pode ser colocado em prática, promovendo o acolhimento as pessoas com deficiência física e estender aos seus familiares. Pretende-se com esta iniciativa colaborar com o enriquecimento do universo acadêmico em torno da temática, fazem-se necessárias mais pesquisas com essa temática para gerar mais fontes de investigação dos métodos utilizados na compreensão do sofrimento das Pessoas Com Deficiência física.

Palavras-chave: Deficiência física. Saúde mental. Contexto social. Profissional de psicologia.

¹Professor (a) Me. Danilo Manoel Farias de Silva. Sociólogo com formação em Psicanálise. E-mail: danilo.silva@grupounibra.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de abordar as consequências sociais, enfrentada por Pessoas com Deficiência Física no seu dia a dia e quais fatores psicológicos afetam diretamente a essa população. De acordo com levantamento realizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) em parceria com Ministério da Saúde e Pesquisa Nacional de Saúde – (PNS) em 2019, aponta que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos tem algum tipo de deficiência, sendo 7,8 milhões de brasileiros, visto que 3,8% apresentam deficiência física nos membros inferiores, enquanto 2,7% das pessoas têm nos membros superiores. Diante do exposto observa-se que faz necessário o estudo sobre esse sujeito no que se refere à dor psíquica e os efeitos causados.

Segundo Assunção, Aranha (2001), Carvalho-Freitas e Oliveira (2015), Correr (2010) e Rocha (2000), para se compreender o modo como a sociedade concebe as Pessoas com Deficiência – (PCD), é necessário revisitar a história e analisar o nascedouro culturais de épocas distintas, de forma que seja possível compreender as concepções relacionadas às diferenças humanas existente, no qual repercutem até os dias atuais nos modelos de atendimentos institucionais dirigidos a elas e principalmente no contexto social, que é ainda fortemente presente os preconceitos e mitos relacionados à condição de “anormalidade”, modo como muitos se referem à constituição física, mental ou psicológica das pessoas com deficiência.

Podemos identificar como problema de pesquisa: Como a saúde mental pode ser afetada pelos contextos sociais da pessoa com deficiência física? O objetivo geral do presente trabalho de conclusão de curso é Analisar as dificuldades sociais e psicológicas da pessoa com deficiência física, visando que abordaremos os objetivos específicos neste trabalho, sendo compreendidas em identificar as funções psíquicas mais acometidas a Pessoa com Deficiência física, descrever intervenções e promoções da saúde mental voltada para Pessoa com Deficiência física e compreender as formas de atuação do profissional de psicologia com as pessoas com deficiência física.

Este trabalho de conclusão de curso justifica-se devido pouca literatura existente em relação aos transtornos mentais ocasionados as Pessoas Com Deficiência física, desta maneira este trabalho de conclusão de curso buscar disseminar a importância dos cuidados de saúde mental para essa população. Desta

forma este trabalho de conclusão de curso é considerado importante para conscientizar e informar os leitores as consequências psicológicas geradas em Pessoas Com Deficiência física. No universo acadêmico, fazem-se necessárias mais pesquisas com essa temática para gerar mais fontes de investigação dos métodos utilizados na compreensão do sofrimento das Pessoas Com Deficiência física.

O presente trabalho visa relatar de que forma o profissional de psicologia se faz necessário frente ao adoecimento do sujeito frente aos contextos sociais enfrentados e esclarecendo as diversas formas de atuação que esse indivíduo pode e deve estar inserido. Esclarecer a importância do psicólogo frente ao sofrimento, e é crucial para que a atuação seja cada vez mais valorizada. Conforme Rocha (2000) muitas pessoas passam por desordem mental e não tem a oportunidade de encontrar esse acolhimento que possibilita a ressignificação da vida e o esclarecimento de dúvidas.

Estar em situação de vulnerabilidade e impotência frente a sua própria condição física e mental, por este motivo, a intervenção é necessária para que o indivíduo possa se perceber de forma consciente e menos nociva, apesar da situação que está vivenciando. O trabalho tem a perspectiva de comunicar não só os profissionais de psicologia sobre a importância dessa atuação, mas também os demais profissionais que, de acordo com a sua área, participam do dia a dia das pessoas com deficiência física e trocam informações entre si para formação da ótica presente no contexto desses sujeitos, enxergando estas pessoas como seres subjetivos que devem ser tratados com humanidade e individualidade frente a sua dor e a sua história de vida.

O trabalho também relatar a relevância do bom relacionamento entre os demais profissionais, que atende ao sujeito mencionado neste trabalho, na busca de melhorar as condições psicossociais. A atuação do psicólogo então se faz necessário e responsável por tornar mais amenas situações que são difíceis e causam sintomas emocionais e psicológicos ruins nas Pessoas Com Deficiência Física – (PCDF).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTORICIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para compreender a historicidade da pessoa com deficiência, faz necessário revisitarmos o contexto histórico que nos norteará na construção deste tema abordado no trabalho, visitando brevemente o processo de exclusão e inclusão das pessoas

com deficiência, buscando bases na regressas da sociedade até os dias atuais, considerando diversos locais nos continentes.

De acordo com Otto Marques da Silva (2009) quando trás que “Anomalias físicas ou intelectuais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria Humanidade” – (Otto, 2009, p. 4), argumenta que as deficiências e doenças sempre se fizeram presente. Algumas sociedades acreditavam que as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais eram provocados por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que deviam ser pagos, em algumas crenças, porém no Antigo Egito e na Grécia e em outras sociedades podemos observar um comportamento “inclusivo e um dever moral”, conforme aborda Herbert George (2011) estudando a com base em restos biológicos e evidências artísticas, demonstram que no Egito Antigo as pessoas com deficiência não sofriam qualquer tipo de discriminação.

As artes, os túmulos, os papiros e as múmias revelam que a deficiência não consagrava impedimento para as mais diversas atividades desenvolvidas pelos egípcios, sendo que as pessoas com deficiência se integravam nas diversas camadas sociais (GUGEL, 2007, p. 2). Estudos indicam que pessoas com nanismo ofereciam seus serviços a altos funcionários, morando na residência destes e recebendo tratamento diferenciado, contando, ainda, com funerais e tumbas em cemitérios reais perto das pirâmides, demonstrando a sua proximidade com o padrão da sociedade egípcias.

Na Grécia Antiga o Grego Homero que era cego, consagrou em sua obra *Ilíada* o personagem Hefesto, o “Ferreiro Divino”, descrito pelo poeta e representado em gravuras como “portador de deficiência” em uma das pernas, mas que compensou essa “restrição” tornando-se mestre em metalurgia e artes manuais (GUGEL, 2007). Entretanto, de acordo com Otto Marques da Silva, o tratamento dispensado às pessoas com deficiência na cultura grega era o de abandono ou sacrifício. Em Esparta, pelas leis vigentes, os pais de qualquer recém-nascido “eram obrigados a levar o bebê, ainda bem novo, a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade, que se reunia para examinar e tomar conhecimento oficial

do novo cidadão” (SILVA, 2009) ². Após o exame da criança pelos anciãos, era determinado o seu destino. Se se considerasse que o bebê era “normal”, forte e belo, para os padrões da época, se o bebê que fosse considerado feio, disforme e franzino, fora dos padrões era sacrificado.

Acelerando o processo histórico da Pessoa Com Deficiência, evoluísse na linha do tempo várias etapas do processo construtivo da historicidade dessa população da Antiguidade que abordamos, à Idade Média, onde a raiz do preconceito à exclusão social dos deficientes era marcante no período entre os séculos V e XV teve um grande crescimento urbano, favorecendo o aparecimento de muitas doenças epidêmicas na época do tipo: lepra, peste bubônica e influenza entre outras, dentre ela os problemas mentais e malformações congênitas. Forte força do cristianismo acreditava-se que os males resultavam de maldições, feitiços e bruxarias, maus espíritos, do próprio demônio, entediasse que era sinais da ira celeste.

No período do renascimento onde foi marcado por grandes descobertas da Medicina, que estava em processo de evolução e pela filosofia humanista, estava sendo dado os primeiros passos aos direitos dos homens perante a sociedade. Vista que a população convivia com os problemas da pobreza e da marginalização dos deficientes, a Renascença surgia no mundo para livrar o homem da ignorância e da superstição, que historicamente está muito presente nos seus contextos diários. Caminhado nesta linha do tempo, logo após a Segunda Guerra Mundial, a formação do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus levou ao crescimento da preocupação com assistência e qualidade do tratamento da população de modo geral, incluindo as pessoas com deficiência, programas e políticas assistenciais passaram a ser propostos no sentido de atender os pobres, os idosos, as crianças carentes e as pessoas com deficiência, com objetivo maior de atender as vítimas e mutilados de guerra, porém já era um grande progresso.

O número de contingentes com deficiência aumentou significativamente pós-guerra e resultando em maior importância na política interna dos países com proporções internacionais envolvendo a Organização das Nações Unidas (ONU). Um

² [...] quando nascia uma criança, o pai realizava uma festa conhecida como ‘amphidromia’. Os costumes exigiam que ele tomasse a criança em seus braços, dias após o nascimento, e a levasse solenemente à sala para mostrá-la aos parentes e amigos e para iniciá-la no culto dos deuses. A festa terminava com banquete familiar. Caso não fosse realizada a festa, era sinal de que a criança não sobreviveria. Cabia, então, ao pai o extermínio do próprio filho (SILVA, 2009).

bom exemplo e a Grã-Bretanha, que em 1919, criou a Comissão Central para o Cuidado do Deficiente. (GARCIA, 2010, p. 22-23).

Na rota histórico das Pessoas Com Deficiência no Brasil, observa que não foi nada diferente do restante do mundo, por uma fase inicial de eliminação e de exclusão, deixando à margem da sociedade essa população, como formado por pessoas incapazes e doentes, a informação sobre a história das pessoas deficientes encontra-se diluída em comentários relacionados com a categoria mais ampla dos miseráveis, maribundos, aos doentes e aos mais pobres.

2.1.1 DEFICIÊNCIA FÍSICA

Em estudos observados no campo da psicologia social até antes da deficiência ser problematizada em sua temática pertencia a áreas disciplinares que são psicologia excepcional e diferencial quase sempre tratadas sob o ponto de conciliar e adaptativo, concebendo a deficiência como um marcador desviante Lígia Amaral (1995). Foi realizado um levantamento nos textos de psicologia publicados entre os anos de 1981 a 2011 foram constatados que na grande maioria dos textos publicados focava-se nas deficiências em si, considerando como entidades independentes da singularidade das pessoas, psicologia e pessoas com deficiência como seres passivos a intervenções de caráter educacional, reabilitatório ou terapêuticos (MACHADO et al., 2005).

São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo sendo da natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras instituídas pela sociedade, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas que habitam o mesmo espaço de forma “norma”. Conforme relata estatística realizada pelo IBGE (2019), 8,4% da população brasileira declara apresentar algum tipo de deficiência, representado 45 milhões de cidadãos, representando 23,92% geral da coletividade dos habitantes no território nacional, sendo que 3,8% deficiência física nos membros inferiores enquanto 2,7% das pessoas têm nos membros superiores. Ao nos remeter as pessoas com deficiência física de forma geral, a questão da acessibilidade toma destaque em todos os campos temáticos da sociedade, onde por muitas vezes a questão da saúde mental está sendo negligenciada.

De acordo com estudo realizado pela Secretaria do Estado do Paraná do departamento de Justiça, Família e Trabalho defini que Deficiências físicas são alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarretam o comprometimento da mobilidade e da coordenação geral, podendo também afetar a fala, em diferentes graus.

As deficiências físicas mais comuns são: Paraplegia que é perda total das funções motoras; monoplegia, perda parcial das funções motoras de um só membro (podendo ser superior ou inferior); tetraplegia, perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores; hemiplegia é a perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo); ostomia é uma intervenção cirúrgica que permite criar uma comunicação entre o órgão interno e o externo, com a finalidade de eliminar os dejetos do organismo. Os ostomizados são pessoas que utilizam um dispositivo, geralmente uma bolsa, que permite recolher o conteúdo a ser eliminado através do ostoma (é criado um caminho alternativo para comunicação o meio externo); amputação é a remoção de uma extremidade do corpo; paralisia cerebral, diz respeito a uma lesão cerebral que acontece, em geral, quando falta oxigênio no cérebro do bebê durante a gestação, no parto ou até dois anos após o nascimento (traumatismos, envenenamentos ou doenças graves), dependendo do local do cérebro onde ocorre a lesão e do número de células atingidas, a paralisia danifica o funcionamento de diferentes partes do corpo, sendo a principal característica o desequilíbrio na contenção muscular que causa tensão, inclui dificuldades de força e equilíbrio e comprometimento da coordenação motora e nanismo é uma alteração genética que provoca um crescimento esquelético anormal, resultando num indivíduo cuja altura é muito menor que a altura média de toda a população.

2.1.2 CONQUISTAS SOCIAIS

Na Conferência Nacional dos direitos da Pessoa com Deficiência (CNDPCD), maio de 2016 define que a concepção da Pessoa Com Deficiência no decorrer do tempo obteve transformações significativas para esses indivíduos, que estão frente a vulnerabilidade do contexto social em que vivem, faz necessário a força da lei e de intervenções internacionais para que este sujeito tenha participação ativa na comunidade em que habita, suas condições com pessoa deficiente não nos tornam limitados ao exercício da cidadania. Na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com

Deficiência dirigida pela Organização das Nações Unidas – (ONU), em 13 de dezembro de 2006 e aprovada após dois no Brasil por intermédio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal.

A Convenção da ONU foi elaborada e desenvolvida em processo ativo da participação das pessoas com deficiência, com o termo em inglês “nothing about us without us” sendo “nada sobre nós sem a nossa participação”. Trata-se de parte de um processo iniciado no final do Século XX e início do Século XXI, em que começou a haver a preocupação com a inclusão e a integração das pessoas com deficiência, buscando a equiparação de oportunidades de participação dessa população e do processo de participação desse indivíduo na sociedade construtiva, após um longo processo histórico de rejeição e segregação pelo qual passaram as pessoas com deficiência em todo movimento de acolhimento social, instrumentos jurídicos são necessário para garantia do direito da Pessoa Com Deficiência, será esse movimento a evolução de uma sociedade que se faz pensante? Fica a pergunta.

Sendo dessa forma, a definição de pessoa com deficiência constante no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com a redação dada pelo Decreto nº 5.296/2004³, que tem como base a estrutura formal “médica” configurando a Pessoa Com Deficiência. Observasse que está muito distante dos olhares da sociedade e de prática de políticas públicas o cuidado psicossocial desse sujeito mediante as suas condições, visto que a inclusão deve ser feita por ações de toda uma sociedade, através de transformação de ambientes, eliminando barreiras arquitetônicas e de atitudes culturais, que afetam diretamente na psique, além disso, buscar reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade de agir e pensar de forma saldável no meio em que vivi.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES PSÍQUINAS MAIS NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

³ “Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004) II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

O campo da psicologia obtém diversas abordagens e olhando por esse prisma da ciência da psicologia, este trabalho acadêmico tem o objetivo de identificar o sujeito com deficiência física e seus transtornos psíquicos, sendo norteado pela luz da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Brevemente será abordado as funções psíquicas mais comuns e identificar e explicar aqui quais fatores psíquicos mais acometem a população de Pessoas Com Deficiência Física – (PCDF). As funções psíquicas são elementos desenvolvidos para entender a composição do mecanismo da mente humana e suas reações em cada pessoa, quando elas têm desempenho “adequado” são sinais que iram contribuir para qualidade de vida do indivíduo em questão e que seja satisfatória para ter o mínimo de dignidade mental para viver em sociedade (ROGERS, 1977; p. 41).

Dentro do universo dos transtornos mentais existem diversas formas de apresentação do manifesto do adoecimento, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatísticos dos Transtornos Mentais (DSM-V) em sua 5ª edição, eles geralmente são caracterizados por uma combinação de pensamentos, percepções, emoções e comportamento anormais, que também podem afetar as relações com outras pessoas e toda contextualização social que o indivíduo esta, as pessoas com deficiência física sendo a deficiência congênita ou ocasionada no decorrer da sua história de vida, tem o maior risco comum no transtorno a sua saúde mental nesta população a depressão, ansiedade, traumas e estressores, alimentares, sintomas somáticos, entre outro, observasse e que esta pessoa com deficiência está sendo acometida por transtornos psicossocial, a depender de avaliação biopsicossocial que concluirá se as dificuldades e limitações da pessoa correspondem a aspectos transitórios ou permanentes e o grau de impacto na funcionalidade da pessoa.

Seja qual for o transtorno mental existente, na ocorrência de um impacto negativo significativo e de longo prazo nas funções mentais, pode então ser considerada deficiência psicossocial, conforme descreve no Manual Diagnóstico e Estatísticos dos Transtornos Mentais (DSM-V), os sistemas de saúde ainda não possuem de forma adequada a informar de quantos PCD'S são acometidos por transtornos mentais, a consequência da falta de dados ocasiona na ausência de apoio dos serviços de saúde, pessoas com transtornos mentais precisam de apoio e cuidados sociais. Frequentemente necessitam também de ajuda para acessar programas educativos

que se adaptem às suas necessidades e encontrar emprego e moradia que lhes permitam viver e ser ativos nas suas comunidades locais.

2.3 INTERVENÇÃO E PROMOÇÕES DA SAÚDE MENTAL VOLTADA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

As intervenções previstas para o cuidado a saúde mental da Pessoa Com Deficiência Física estão direcionadas basicamente nas diretrizes expressa na Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). A legislação garanti a participação social plena das pessoas com deficiência, bem como fornece subsídios para pensarmos as práticas profissionais voltadas às pessoas com deficiência. Importante frisar a diferença entre a deficiência mental e doença mental, observasse que na deficiência mental, há uma limitação no desenvolvimento das funções necessárias para compreender e interagir com o meio em que habita, tais definições adotadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 1999, foram no Decreto nº. 3.298/99, enquanto na doença mental (adoecimento), essas funções existem, mas ficam comprometidas pelos fenômenos psíquicos que os sujeitos estão por passar mediante as condições metais em que estão vivendo (SANTOS E SIQUEIRA, 2009). O objetivo desse esclarecimento faz necessário para claramente do processo de deficiente mental para doença mental. Segundo Almeida, Tissi e Oliver (2000), a Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que 10% da população mundial apresentem algum tipo de deficiência. Neste grupo, cerca de 1,5% são pessoas que se beneficiariam dos serviços de reabilitação; entretanto, estima-se que se consiga prover algum tipo de atendimento a apenas 2% das pessoas com deficiência que necessitem destes cuidados. É importante ressaltar que, como indivíduos, as pessoas com deficiência têm outras necessidades em saúde além da reabilitação, e, mesmo sob este aspecto, não costumam ser atendidas pelo atual sistema de saúde.

A atenção primária representa o espaço institucional específico para ações que não estão relacionadas somente à esfera biológica das patologias, além de permitir uma ampliação da cobertura assistencial. Neste campo de atenção, abre-se a possibilidade de atuação no chamado paradigma social (GHIRARDI, 1999), que compreende e age sobre o fenômeno da deficiência para além do aspecto orgânico individual, incluindo as trocas sociais e a autonomia, e compreendendo a relação da

pessoa com deficiência com o contexto histórico-social e com as dimensões subjetivas.

Adota-se o conceito de atenção primária como aquela que envolve baixa densidade tecnológica-material, mas que implica grande complexidade assistencial. A partir de referências da Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC)⁴, Oliver et al. (1999) propõem que um dos principais objetivos das ações em atenção primária, com relação à saúde de pessoas com deficiência, é dar-lhes visibilidade social, valorizando-se os processos e recursos locais para a construção da inclusão, parte-se do entendimento de que as pessoas são indivíduos com saberes, valores e história, pertencentes a um contexto sociocultural, e que podem agir sobre ele. Oliver et al. (2004) trazem outros contextos: a garantia de direitos, a construção de redes de apoio social, criação de oportunidades de ampliação da sociabilidade e apoio psicossocial. Almeida, Tissi e Oliver (2000) ressaltam, ainda, a importância de se atuar na construção de trocas sociais, tendo como horizonte ético a igualdade e o respeito à diferença.

2.4 COMPREENDER AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA

O profissional de psicologia trata da saúde mental dos indivíduos que procuram assistência terapêutica, para enfrentar suas dores psíquicas, nos centros especializados, o psicólogo tem tido sua atuação cada vez mais solicitada, mediante sua capacidade técnica de atender e auxiliar no apoio a saúde mental da Pessoa Com Deficiência e outros sujeitos que se faz necessário. É importante que o profissional saiba se colocar dentro da sua área, sabendo dos seus valores e das funções que precisa desempenhar, e compreender o momento de solicitar atividade de profissionais de outras áreas da saúde. Ao consultar o código de ética, o profissional consegue perceber e avaliar atitudes que devem estar presentes em sua prática ou não, sendo capaz dessa forma de fornecer um atendimento de qualidade aos seus clientes, respeitar espaços e buscar ser respeitado.

A Pessoa Com Deficiência Física, por sua trajetória e contexto social aqui explanado neste trabalho acadêmico já passam por diversas limitações na sociedade e outro fator que observamos na construção deste material e a pouca literatura e interesse neste no tema do cuidado a saúde mental dessas pessoas. Sendo assim,

fica clara a importância da presença do profissional de psicologia, especialmente ao atendimento voltado para PCD'S, onde apenas o profissional da área é capaz de colocar em prática técnicas, escuta e acolhimento para essas pessoas que estão em sofrimento mental.

Desta forma, cabe ao psicólogo enquadrar suas atividades dentro dos procedimentos que tenham ligação com a sua área de conhecimento, sendo capaz de se utilizar de embasamento teórico e prático no seu dia a dia. O profissional da psicologia precisa ainda ser cauteloso quando chamado para desempenhar outras funções que fujam da sua área, se atentando para fazer apenas o que possui conhecimento científico e prático para ser desempenhado. É importante que o código de ética seja colocado em prática e levado em consideração para que o profissional não fuja do seu foco e dos seus conhecimentos.

Buscar dar ao cliente um acolhimento profissional adequado faz parte da atuação do profissional da psicologia, que busca preparar esse indivíduo com técnicas específicas que lhe proporcionem melhor qualidade de vida e enfrentamento a transtorno que vem passando. Não é qualquer pessoa a partir do senso comum ou qualquer profissional de outras áreas que estão capacitados para fazer isso, visto que não existem caminhos técnicos como existe na formação do psicólogo. Segundo as autoras Porto e Lustosa (2010), o papel do psicólogo é proporcionar um novo direcionamento sobre a qualidade de vida levantando possíveis intervenções para que as pessoas envolvidas consigam encontrar possibilidades e caminhos menos dolorosos para encarar o que se está vivenciando. Compreendendo essa visão dos teóricos, o psicólogo busca contribuir com o bem-estar dos sujeitos.

Hermes e Lamarca (2013) propõem que as intervenções dos psicólogos se referem a diminuir os sofrimentos que possam ser gerados no sujeito como, por exemplo, ansiedade, depressão, entre outros sintomas que possam surgir o longo do processo. A intervenção psicológica incentiva nos indivíduos bons pensamentos sobre a questão a que estão trabalhando no espaço terapêutico, procurando esclarecer, apoiar, cuidar e ouvir.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho acadêmico tem sua base de pesquisa bibliográfica de revisão sistêmica de literatura, sendo utilizado para sua fundamentação o uso de

artigos, revistas científicas e livros disponíveis voltado para temática abordada. De acordo com Gil (2002), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso. Entre eles podemos citar livros, documentos mimeografados ou fotocopiados, periódicos, imagens, manuscritos, mapas, entre outros. De forma complementar, Marconi e Lakatos (2003) trazem que a pesquisa é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais, onde a conclusão é base do investigador. Os autores citados no delineamento metodológico compreendem que a importância da pesquisa seja de interesse da comunidade científica, buscando gerar novas respostas que tenha relevância para o interesse social e profissional do pesquisador.

Dessa forma, entendemos, como Gil que:

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (2002, p. 3).

A pesquisa foi conduzida por meio eletrônicos, nos sites de pesquisa do tipo: Scielo, Google Acadêmico e revistas científicas. Ao realizar a busca foi utilizado a descrição: Deficiência física. Saúde mental. Contexto social. Profissional de psicologia. Nessa perspectiva foram analisados 12 artigos e entre esses, 07 contribuíram e trouxeram importância na construção deste trabalho acadêmico.

A pesquisa teve como critério de inclusão: artigos datados de 1999 a 2019, visto no período que foram produzidos, tratado no idioma português e tiveram relevância para a temática, fundamentalmente a luz desse trabalho foi desenvolvido na Abordagem Centrada na Pessoa com base rogeriana que auxiliou no conceito de construído nesse trabalho.

4 RESULTADOS

Para a construção desse trabalho foi utilizado alguns autores de áreas distintas do conhecimento. Na produção desse trabalho acadêmico alguns se destacaram e são citados na tabela abaixo. Foram escolhidos já que possuem importantes perspectivas e pesquisa sobre as temáticas aqui explanadas.

Autor	Ano	Título	Objetivo	Resultados	Consideração Final
OTHERO, Marília et al.	2009	Pessoas com deficiência na atenção primária.	O objetivo e compreender a assistência primária as pessoas com deficiência.	Ressalta-se a dificuldade encontrada para as pessoas com deficiência física na procura a assistência dos profissionais qualificados.	Pode-se dizer que a ausência da equipe de saúde multiprofissional para o acolhimento e possibilidades de tratamento.
CAMARG, Mário Lázaro et al.	2017	O Psicólogo e a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Trabalho.	Analisar o contexto social no campo profissional, buscando compreender esta temática.	A presente pesquisa visa estudar e compreender de que forma os profissionais de psicologia estão envolvidos no processo psicossocial.	Os principais materiais encontrados utilizando os termos “inclusão de Pessoas com Deficiência”
PEREIRA, Jaqueline de Andrade et al.	2017	Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social.	Compreender a visão geral da exclusão e inclusão no contexto histórico.	A história sendo analisada no contexto da população de deficientes e seus enfrentamentos	A construção histórica norteia esse trabalho para construção do pensamento sobre a pessoa com deficiência.
SENA, Marcelo Ribeiro et al.	2014	Portadores de deficiência física nas aulas de educação física	Material para estudo e análise do sujeito na	O presente artigo traz a luz da razão e auxiliar no presente trabalho	A articulação desse artigo com os demais apoia na questão da compreensão da pessoa com

			estrutura social.	outras contextualizações do sujeito com deficiência.	deficiência no contexto social.
KUTIANSK, Felipe A. Tavares et al.	2019	Da antiguidade a contemporaneidade: Uma revisão histórica do preconceito aos deficientes físicos na sociedade.	Compreender a historicidade da Pessoa com Deficiência na sociedade.	Compreender a construção histórica e pensamento da sociedade sobre a pessoa com deficiência.	A importância de compreender a historicidade do preconceito estrutural frente a pessoa com deficiência e a construção ideológica da sociedade.
RIBEIRO, Crislayne B. Nilo et al.t.	2018	A atuação do psicólogo nos cuidados do outro.	Busca compreender a importância do profissional de psicologia no cuidado.	Analisar a compreensão do psicólogo no cuidado.	Compreender a visão dos psicólogos em relação ao cuidado com o outro no processo terapêutico.
ALMEIDA, Marta C. Almeida et al.	2015	Deficiências e atenção primária em saúde: Do conhecimento à invenção.	Compreender os avanços da atenção primária, abordagem do conhecimento à inovação.	Leitura realizada e análise realizada para obter entendimento na deficiência existente na atenção básica a saúde.	Diante do exposto, é ressaltada a carência e a possibilidade de ampliação na atuação do psicólogo, na assistência básica a saúde, para pessoas com deficiência.
ROGERS, Carl	1977	Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da	Compreender através da ACP o sujeito e suas adversidades	Busca na leitura desse livro o conceito da ACP e suas	Podemos compreender que a psicologia rogeriana nos apoia no entendimento do

		terapia não-diretiva		técnicas de abordagem.	sujeito frente ao sofrimento e angustias.
--	--	----------------------	--	------------------------	---

5. DISCUSSÃO

No contexto social, pessoas com deficiência física ainda são considerados sujeitos sem possibilidades sendo necessário a força de lei que fiscaliza para que essas pessoas possam estar inseridas em diversos âmbitos sociais. As diferenças existem, pessoas são diferentes e mesmo assim a sociedade continuar querendo condenar essas pessoas ao “exílio” social, impactando assim na construção do “eu” dessas pessoas enquanto seres ativos.

No entanto, dentro da vertente humanista existencial somos considerados sujeitos de possibilidades. Compreendendo, nessa perspectiva, que pessoas com deficiência física necessitam de um olhar “verdadeiro” sobre elas, buscando entender sua trajetória, inclusão, exclusão preconceitos e saúde mental destes.

Esta estrutura perceptual faz parte, evidentemente – e parte central – da estrutura perceptual total que engloba todas as experiências do indivíduo em cada momento de sua existência. (ROGERS e KINGET, 1977, p. 44)

Nesse ínterim, numa abordagem humanista voltada para a pessoa com deficiência compreende que o entendimento da sociedade frente à Pessoa com Deficiência é de suma importância em sua historicidade, contextualizações culturais e de épocas e locais distintos e visão frente as situações de vulnerabilidade enfrentadas por essa população.

Desse modo, situações de vulnerabilidade da Pessoa com Deficiência em sua particularidade a deficiência física ao qual esse trabalho está sendo construído, revela através que as condições físicas e mentais do indivíduo nessa circunstância que seja tratado de forma que o sujeito perceba de maneira consciente a situação psicossocial que está inserido de (ROCHA, 2000).

Essa situação social, conforme IBGE (2019) aponta que 8,4% da população brasileira possui deficiência e grande parte desses cidadãos não possui acesso a uma

política pública de saúde mental digna e com acessibilidade. A assistência primária na atenção básica a saúde do indivíduo com deficiência, por exemplo, vai além das relações biológicas das patologias e faz necessário a ampliação da assistência e das políticas públicas em relação a esse sujeito. Nessa esfera abre a possibilidade de atuação no chamado paradigma social, que nos leva a compreender fenômenos que vão além da deficiência que ultrapassa a questão do aspecto orgânico (GHIRARDI, 1999).

Segundo Oliver (1999, p. 03) na abordagem da atenção primária compreende-se dar visibilidade à Pessoa com Deficiência no âmbito social, valorizando os processos básicos realiza a inclusão desse sujeito meio aos contextos socioculturais.

O entendimento do papel do psicólogo frente ao atendimento ao sujeito com deficiência proporciona novo direcionamento sobre a qualidade de vida (PORTO E LUSTOSA, 2010), que busca desenvolver intervenções para conduzir os sujeitos que estão nessa condição, abrindo caminhos menos dolorosos no enfrentamento da sociedade.

O psicólogo tem o ofício de contribuir no bem-estar dos sujeitos. Hermes e Lamarca (2013) falam que essas intervenções dos profissionais de psicologia têm suma importante na redução do sofrimento, já que esse sujeito com deficiência vivencia sintomas dolorosos de forma psíquica, sendo que, a intervenção desse profissional nos sujeitos busca da ressignificar os seus pensamentos e angústias.

De acordo com Lígia Amaral (1995) a temática deficiência pertencia a áreas excepcional e diferencial observado por uma ótica adaptativa e sendo assim a deficiência como um marcador desviante.

Rogers (1977), por sua vez, define que a concepção de funções psíquicas é uma conjuntura de elementos que compõem o mecanismo da construção da mente humana, e suas desenvolturas no desempenho que poderá contribuir na qualidade de vida do sujeito, como no caso das pessoas com deficiência física, o que irá proporcionar o mínimo de estabilidade mental para formação desse indivíduo em seu desenvolvimento em sociedade.

[...] um conjunto organizado e mutável de percepções relativas ao próprio indivíduo. Como exemplo dessas percepções citemos: as características, atributos, qualidades e defeitos, capacidades e limites, valores e relações que o indivíduo reconhece como descritivos de si mesmo e que percebe constituindo sua identidade. (ROGERS e KINGET, 1977, p. 44)

Sobre isso, Assunção e Aranha (2001) compreendem que o entendimento da sociedade frente a identidade da Pessoa com Deficiência e de suma importância que seja revisitado a historicidade da Pessoa com Deficiência e suas contextualizações culturais e de épocas e locais distintos e de visão frente a essa população.

Entendemos por paradigma o conjunto de conceitos, valores, percepções e práticas compartilhadas por grupo sociais, ou por toda uma sociedade, em diferentes momentos históricos, a construção de suas conjunturas sociais (ARANHA, 2001. p. 3).

As situações de vulnerabilidade da pessoa com deficiência, em sua particularidade, a pessoa deficiência física, ao qual esse trabalho está sendo construído, revela de acordo Rocha (2000) que as condições físicas e mentais dos indivíduos nessas circunstâncias sejam tratadas de forma que esse sujeito perceba de maneira consciente a situação psicossocial em que está inserido e que possa adquirir mecanismos de enfrentamentos. Nessa perspectiva supracitada, a intervenção dos profissionais de psicologia tem uma suma importância frente a esses processos, na redução do sofrimento que esse sujeito vivencia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou apontar os cuidados com a saúde mental da Pessoa com Deficiência física, frente a contextualização social a sua condição. Abordar assim um estudo de caráter bibliográfico, com base na consulta de artigos diversos, sendo esses do campo da ciência da psicologia, direito, sociologia e outras doente do saber.

Inicialmente direcionei o trabalho a realizar a reflexão a fim de compreender o percurso histórico das Pessoas com Deficiência física, no sentido de abranger como estas construções sociais foram sendo tratadas e como atua o profissional de psicologia frente a este processo. Procurei em minha análise verificar os avanços na acessibilidade de Pessoas com deficiência física ao serviço especializado do profissional de psicologia, com intuito de compreender a preocupação além da questão da acessibilidade das condições física desse indivíduo. Por fim, apontar práticas inclusivas para Pessoas com Deficiência física ao serviço psicológico.

No decorrer da construção do trabalho foi analisado que no decorrer do passar dos tempos as Pessoas Com Deficientes Físicas estão cada vez mais inclusas na

sociedade e conquistando seu espaço no meio social, como observado muitas de vezes através da força de lei, o que a pouco tempo erra impossível. Conquistarão seus direitos de andar livremente, poder trabalhar praticar da dinâmica da sociedade de forma que suas condições físicas não seja um limitante para suas condições metas, mas ainda tem muito que ser melhorado.

O foco desse estudo foi de analisar esse indivíduo e suas condições metas e qual o papel do profissional de psicologia compreendendo a importância desse trabalho com essas pessoas e ainda mais como elas fazem para participar das atividades e qual a reação dos outros sujeitos da sociedade, algumas das perguntas que buscamos através dessa pesquisa e de responder a contextualização social da Pessoa Com Deficiência Física e os fatores causadores no adoecimento mental.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). Diferenças e Preconceito na Escola:

BOTELHO, L.; PORCIUNCULA, K. Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoas com deficiência: ontem, hoje e amanhã. In: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (org). Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. 352 p. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 6). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: jul. 2022

Assunção, R. V., Carvalho-Freitas, M. N., & Oliveira, M. S. (2015). Satisfação no trabalho e oportunidades de desenvolvimento da carreira entre profissionais com deficiência. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 15(4), 340-351. <https://doi.org/10.17652/rpot/2015.4.556>

Aranha, M. S. F. (2001). Paradigma da relação da sociedade com as PcD. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21),160-173. Recuperado de <http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>

Correr, R. (2010). Representações compartilhadas sobre emprego e deficiência Curitiba, PR: CRV.

Rocha, M. S. (2000). O processo de inclusão na percepção do docente do ensino regular e especial (Monografia de conclusão de curso). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.

SILVA, Otto Marques da, A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje, São Paulo: CEDAS, 2009.

Sass, O. (2011). Crítica da razão solitária: a psicologia social segundo George Herbert Mead Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.

Gugel, M. A. (2007). Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. Florianópolis: Obra Jurídica

GARCIA, V. G. Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e o contexto contemporâneo. 2010. 205f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

AMARAL, Lígia Assumpção. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe. Acesso em: 28 jul. 2022, 1995

MACHADO, A.M. Plantão institucional: um dispositivo criador. In: MACHADO, A.M., FERNANDES, A.; ROCHA, M. Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 117-143.

ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. (1977). Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva. Carl R. Rogers & G. Marian Kinget.

PORTO, Gláucia e LUSTOSA, Maria Alice. Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos. Rev. SBPH, Jun 2010, Vol. 13, nº 1, p. 76-93. ISSN 1516-0858. Disponível

em. Acesso em: 10 jul. 2022.

HERMES, Héliida R.; LAMARCA, Isabel C. A. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. *Ciênc. & saúde coletiva*. vol.18, n.9, p.2577-2588, set. 2013.

Gil, Antonio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa. Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: